

Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível

Guilherme Dias¹

André Luis Ramos Soares²

Introdução:

Nosso objetivo neste trabalho é demonstrar que é possível uma aproximação entre a Educação Patrimonial e a Educação Popular, evidenciando que essas metodologias têm muito a colaborar uma com a outra.

Em tempos onde a sociedade torna-se cada vez mais excludente, na qual a educação vem sendo tratada de forma negligente, e devido as dificuldades de ingresso nas universidades o ensino médio cada vez mais se torna um pré – vestibular, nestes tempos se faz necessário repensar a educação.

Percebemos por exemplo que:

Assim a educação dos trabalhadores pobres tem por função discipliná-los para a produção. O que propõe para a maioria da população é pouco; é o mínimo. Aquele mínimo para fazer do trabalhador um cidadão passivo, que apesar de tudo tem alguns poucos direitos. (BUFFA, 1988.p:28)

Desta forma podemos identificar a mentalidade da classe dominante que procura, e consegue alienar grande parte dos estudantes e, por extensão, dos trabalhadores. Oferecendo-lhes uma quantidade de conhecimentos e informações onde o principal objetivo do aluno, é decorar ao máximo o conteúdo transmitido pelo professor, conteúdo muitas vezes distante de suas realidades, proporcionando-lhes o que Paulo Freire chama de educação bancária.

Por isso a importância de se encontrar uma forma de educação que tenha como foco principal o indivíduo, que ensine a partir dos saberes e das memórias individuais e facilite o processo de aprendizagem do mesmo, daí a importância da pedagogia de Paulo Freire:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir, discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade discutidas pelo poder público para discutir, por

¹ Acadêmico do curso de História da UFSM, bolsista PIBIC- CNPQ (2006).

² Professor do Dep. Metodologia de ensino – coordenador do Núcleo de Educação Patrimonial e memória – NEP- PRE- UFSM.

exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem as saúdes das gentes” (FREIRE, 1996.p: 30).

Como nos ensina o educador, se faz necessário um conhecimento dos universos dos educandos, o que requer um comprometimento dos educadores para com suas turmas, seguido de uma reflexão a respeito dos conteúdos e dos porquês de se ensinar e de aprender.

Muitas vezes acontece nas escolas uma super valorização das ciências exatas, e podemos perceber tal valorização através da carga horária destinada a cada disciplina, ou ainda ao fato de que em muitas escolas não ensinam Geografia ou História no primeiro ano do ensino médio. O que acaba sendo prejudicial por que: “Em primeiro lugar não há história no vazio. Há história, mas sempre no espaço, e espaço geográfico que é um espaço cultural e histórico.” (FREIRE, 1984.p:16).

Sendo assim torna-se difícil a aproximação entre educando e seu universo. O que se espera dos “alunos” é que saibam calcular e resolver equações, que acaba tornando-se um processo alienante e excludente. Não que o ensino das ciências exatas torne a educação alienante, porém se o ensino se afastar do universo do educando, oi ainda o privar das outras ciências, acaba sendo.

Mas de que forma podemos nos aproximar do universo dos educandos? Como podemos perceber sua realidade? Como fazer para trabalhar os conteúdos de uma maneira menos impositiva e autoritária, que facilite o aprendizado?

Como foi sugerido por Frei Betto:

No momento, a discussão é saber quais são os novos paradigmas da Educação Popular. O que seria uma Educação Popular pós-paulofreiriana? O que Paulo Freire desenvolveu foi muito importante para o contexto em que viveu. Como as teorias de Marx foram importantes para entender a sociedade capitalista, nos tempos da revolução industrial. Contribuição que continua válida, ainda hoje. Mas, há toda uma crítica à teoria do Marx porque, em muitos aspectos, já não corresponde à realidade globalizada em que vivemos. Isso vale para as teorias pedagógicas de Paulo Freire. Como desenvolver uma metodologia, uma teoria de Educação Popular incorporando o legado de Paulo Freire e fazendo-o avançar? É um desafio que se apresenta a todos nós. (BETTO, op.cit, p.11)

Como uma alternativa, na busca de novos aportes para a Educação Popular, tem-se a Educação Patrimonial. Tal metodologia fornece subsídios aos educadores comprometidos com um ensino que vise não apenas a valorização dos bens culturais, mas a reflexão acerca dos mesmos, a partir disto, a compreensão das diferentes conjunturas e, *a posteriori*, libertação do indivíduo.

Algumas Aproximações

A educação patrimonial consiste em uma metodologia que viabiliza a aprendizagem a partir dos bens culturais, e a conservação dos mesmos através de sua valorização (Foto 01).

Segundo Horta Educação Patrimonial:

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA et al.,1999:p.06).

A partir deste conceito também se faz necessário conceituar patrimônio, que pode ser tratado como:

conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo deseja manter como perene. Nesse sentido, patrimônio supera a definição estreita de um conjunto estático de objetos, construções, documentos obras, etc., sendo uma marca um vestígio cultural, que individualiza os homens em momentos temporal e culturalmente diferentes. (MACHADO, 2004.p:10)

No desenvolvimento de nosso trabalho buscaremos salientar, a importância de valorizarmos os patrimônios, quem elege os patrimônios, e por fim evidenciar o caráter ideológico dos patrimônios.

Falamos em caráter ideológico, pois, neste ponto a ideologia preservada da acaba excluindo, neste ponto faremos um aproximação entre Educação Patrimonial e Educação Popular.

Existe uma relação estreita entre o papel da Educação Patrimonial e a Educação Popular. Para demonstrá-lo, contudo, é preciso apresentar o conceito de educação popular

que utilizamos. Para fins deste trabalho, consideramos:

a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando a fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento de outros animais ou do cultivo de plantas (FREIRE, 1996.p: 68).

Sendo assim, a educação popular procura libertar os educandos para que estes possam refletir acerca de suas condições. Para que tomando consciência de seu papel na sociedade, papel esse imposto pelo sistema, tenha condições de articular-se e procurar saídas, ou melhor, alternativas de melhoria de suas condições sociais, proporcionando dessa forma, liberdade.

É preciso entender como se dá esse processo, a liberdade precisa ser descoberta, não pode ser imposta, deve ser feita uma conscientização, não dos, mas com os educandos, para que estes percebam, a partir da sua história. Dessa forma, “o processo de libertação não pode ser feito de forma impositiva sobre os oprimidos.” (FREIRE, 1984.p:09)

O que se faz necessário perceber é que isso ocorre na Educação Popular assim como na Educação Patrimonial e trata-se de um processo. Da mesma forma que um educador não pode pressionar o educando a libertar-se, não cabe ao mesmo, ou ao Estado, ditar o que é patrimônio. Antes de qualquer coisa é preciso possibilitar ao educando que perceba sua condição na sociedade, assim como escolha o que deve ser eleito como patrimônio. Tratamos em nossas atividades de parcelas geralmente excluídas dos processos produtivos e alijadas do poder econômico, como moradores de periferia, classes de baixa renda ou simplesmente alunos de escolas públicas.

No caso de sua posição, quase sempre de excluído, tanto do processo histórico como dos privilégios da sociedade contemporânea, os educandos desconhecem seus direitos, seu passado ou sua identidade. Neste sentido, são excluídos do processo histórico, por que seu patrimônio e por consequência sua memória não foi preservado. Assim, “As pessoas atingidas pela destruição socioeconômica dos espaços urbanos mais pobres estão perdendo suas identidades individuais e coletivas” (HORN e GERMINARI, 2006.p:124)

O que deve ser trabalhado com os educandos são as questões que levaram a

sociedades a eleger seus patrimônios. Eles se identificam? Por quem estes foram eleitos? Contam a história de quem?

Como resposta a algumas das perguntas podemos ter a elite, que valoriza sua memória através dos seus antepassados, pretendendo com isso que todos se identifiquem com seus feitos, sua forma de agir e pensar, muitas vezes presentes na materialidade de alguns patrimônios.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos. (LEMOS, 1987:31)

Podemos ainda lembrar o que dizem Marx e Engels a respeito da preservação da memória das elites:

Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de idéias do seu tempo; que, portanto, as suas idéias são as idéias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 1982.p: 39).

Percebemos o interesse em manter na memória coletiva os feitos dos antepassados pertencentes à elite, tratar sua História como História universal. A final de contas o que seria mais fácil de dominar do que um excluído que possua um pensamento elitista de mundo.

Pensamento esse muitas vezes refletido nos bens ao qual o Estado procura conservar, bens estes detentores da História das classes dominantes, que excluem da própria memória dos dominados o processo de dominação, cuja percepção tem fundamental importância para um processo educativo que vise à libertação do indivíduo.

Aos educadores cabe o papel de incentivadores para que os educandos possam refletir sobre a escolha de seus patrimônios, desta forma, estarão dando valor a sua História e sua memória.

Todos os produtos que resultam da atividade do homem, todo o conjunto de suas obras, materiais ou espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem, voltam-se para ele e o marcam, impondo-lhes formas de ser e de se comportar também culturais. (FREIRE, 1982.p: 57)

Segundo o mesmo autor, não existe forma de cultura melhor que seja melhor que outra qualquer cultura que pretenda sobrepor-se a outra estará agindo com autoritarismo(Freire, 1984: 33). Portanto, um Estado que prioriza patrimônios de determinadas classes sociais, está agindo de forma autoritária, e indo contra a principal razão que leva a população a conservar um patrimônio, identificar-se com ele.

Valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios. (SOARES, 2003.p: 23)

Somente há pouco tempo o Estado Brasileiro tem observado as manifestações das culturas populares como dignas de registro³ e valorização. O registro do patrimônio imaterial é uma iniciativa nova, que, atualmente, conta com tão somente oito bens reconhecidos. Por outro lado, ainda está longe de concretização o desejo de tombamento de quilombos, senzalas, áreas indígenas e outros patrimônios das classes historicamente denominadas “subalternas”.

Portanto, não é possível esperar que a população de qualquer município, valorize aquilo com que não se identifica, imposto como patrimônio, menos ainda o que não foi oficialmente tombado pelo Estado, o que, geralmente está relacionado à cultura popular.

Desta forma, temos duas contradições. A classe popular desconhece seu passado e sua memória, ao mesmo tempo em que, por desconhecê-la, destrói pelo vandalismo e abandono os da classe dominante, autoritariamente impostos como memória e patrimônio coletivo. Na veiculação da mídia e das instituições governamentais, os patrimônios das elites são deliberadamente socializados como pertencente a toda população. O que pode ser conseqüência do processo de educação alienante, presente em nossas escolas.

³ RESOLUÇÃO n° 001, de 03 de agosto de 2006., www.iphan.gov.br, último acesso em 28 de novembro de 2006.

O ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha de sua realidade. Vive em outro país e trata de imitá-lo e se crê culto quanto menos nativo é. (FREIRE, 1982.p: 35)

Isto é conseqüência, de uma prática pedagógica opressora, no qual os educandos aprendem desde cedo a valorizar patrimônios muito distantes de suas realidade, que na realidade não são patrimônios das classes populares, mas são apresentados como se tais fossem.

Para isso é preciso uma educação que dê autonomia, uma educação libertadora, enfim, uma educação que permita aos educandos elegerem seus patrimônios de acordo com a representatividade dos mesmos em suas realidades, para que possam aprender a partir destes.

O conhecimento construído junto ao educando representa algo que realmente possa contribuir para sua libertação, para que este preserve sua memória, não em detrimento da memória das classes dominantes, mas no reconhecimento da existência de outras memórias e outros patrimônios que representam a sua realidade em contraposição ao passado das elites. Neste sentido, a Educação Popular é um processo dinâmico e muito mais eficiente, que tomado a partir dos objetos culturais, associa-se a educação patrimonial como catalisador do processo de auto-gestão. Neste sentido, “surpreendente como se pode passar rapidamente da tomada de consciência à aquisição de autoconfiança, à iniciativa e concomitante organização coletiva.” (Varine, 2002)



Foto 1: Visita com os alunos da rede pública do município de General Câmara, RS, à igreja de Santo Amaro (foto Marcelo Ferreira)

Nesta perspectiva que a Educação Patrimonial, apresenta-se como uma forma de Educação Popular, pois tratando os patrimônios como fonte de conhecimento (Foto 02) (mesmo que estes patrimônios guardem a história das elites) é possível através da “leitura” (Foto 03) destes bens, buscar a memória popular. Já foi dito por Paulo Freire que: “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica, implica a percepção das relações entre texto e contexto” (Freire, 1985.p:12).

Esta passagem do educador refere-se à ortografia e interpretação. No que diz respeito à Educação Patrimonial, a proposta seria justamente a leitura crítica e a interpretação dos bens culturais, para que classes oprimidas possam valorizar os seus patrimônios em detrimento de outros que os excluem do processo histórico.



Foto 2 : Professor relatando sua experiência aos colegas durante a atividade de percepção, através da cultura material. Oficina realizada com professores do município de Itaara, RS. Atividade de interpretação da cultura material, para posterior “leitura dos patrimônios”. (Foto Henrique Cignachi).

Feito isto o que se percebe é um aumento da auto-estima, uma melhor consciência de sua posição na sociedade de como ocorreu este processo, valorizando-se a História local, em das outras Histórias. Sendo justamente na história local que é a realidade específica de cada educando se expressa e a partir dessa realidade somada a sua apropriação, o processo de educação possibilita transformação da mesma.

Conclusão:

Esperamos ter apresentado um exemplo de uma a relação harmônica e complementar entre Educação Patrimonial e Educação Popular.

O Núcleo de Educação Patrimonial e Memória - NEP possibilita, através de suas atividades, a reflexão do indivíduo acerca de sua situação, e é possível aos indivíduos organizem-se coletivamente buscando, assim, melhores condições para solução dos problemas locais.



Foto 3 :Oficina realizada com professores do município de Itaara, RS. Atividade de interpretação da cultura material, para posterior “leitura dos patrimônios”. (Foto Henrique Cignachi).

Em nossas atividades são os moradores que elegem seus patrimônios, caso contrário não seria possível trabalhar junto à comunidade ou mesmo tentar um resgate de uma memória com a qual não há identificação, daí a necessidade de projetos de educação permanente.

Desta forma o NEP acaba incentivando a Educação Popular, pois através das escolas e das atividades com as comunidades, também buscamos incluir, a partir do que um grupo tem de mais valioso, algo que o faz sentir e agir como grupo, sua memória.

Mesmo que muitas vezes, em função deste sistema excludente, a memória das elites tente abafar a dos dominados, buscamos sua libertação por sua própria memória. Sua liberdade está ali, o nosso dever é apenas ajudá-los a percebê-la.

Acreditamos que o exercício da cidadania muitas vezes passa pela identidade, resgatada, preservada e lembrada, e cabe a cada comunidade realizá-la. Nisto consiste o elo entre a Educação Patrimonial e Educação Popular.

Bibliografia

- BETTO, Frei. Paradigmas da educação popular IN: <http://www.mur.com.br/download/betto.doc>, último acesso 27/08/06.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas, In: **Educação e cidadania**, São Paulo, Editora Cortez e Editora Autores associados.1988.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, coleção Educação e Mudança, vol. 1. 1982.
- FREIRE, Paulo. **Educação Popular**. Gráfica e Editora Todos os Irmãos Ltda. São Paulo, 1984.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de Ler**: em três artigos que se complementam - São Paulo: Autores associados: Cortez. 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- HORN, Geraldo Balduino e GERMINARI, Geysa Dongley. **O Ensino de História e seu Currículo**. Petrópolis, Vozes, RJ, 2006.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras;GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, museu Imperial, 1999.
- LEMOS, Carlos. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo, Brasiliense, 5ª Ed. 1987.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: Orientações Para Professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul, Maneco livraria & Editora, 2004.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich. A Ideologia Alemã IN: **Obras escolhidas**, vol.1, progresso, Moscou, 1982.
- SOARES, André Luis Ramos . Educação Patrimonial : Valorização da Memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional .in. SOARES.A L R. **Educação Patrimonial Relatos e Experiências**. Ed. UFSM, 2003.
- VARINE, Hugues de, in. Patrimônio e Educação Popular.p.294 in: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, **Ciências e Letras**. Nº 31, 2002. P 287 a 296.